

FILE NAME: Eternit (ETER)

DATE: 1998

DOC#: ETER051

DOCUMENT DESCRIPTION: Articles from Brazilian Newspapers

PARTE-FEIRA 21 DE OUTUBRO DE 1998

O ESTADO DE S. PAULO - A:3

SA 21 DE OUTUBRO DE 1998

Eternit e fiscal Juiz tentara acordo entre

undo a empresa engenheiro

undo a empresa, engenheira tem divulgado informações "mentirosas" sobre pressões para que ex-empregados assinem acordos, o que inviabiliza futuras ações de indenização por danos à saúde causados por amianto

ARNALDO GALVÃO

a sexta-feira, o juiz da 2.^a Vara Criminal de Pinheiros, em São Paulo, vai a um acordo entre Eternit e a empresa do Trabalho. A empresa de difamação.

vogado da Eternit, Fernando Castelo Branco, explica a engenharia tem divulgado Internet e em entrevistas ensa, "informações mentes equivocadas ou exagerar supostas pressões pa-x-empregados da Eternit em acordos, e, com is-bilizem futuros pedidos lização por danos à saú-rabalhadores que tive-ato com o amianto, ina-se mineral por muito odem sofrer de fibrose e câncer.

empregados da Eternit e Mineração de Amianto recebem indenizações de US\$ 5 mil a US\$ 10 mil, e os planos privados de saúde custam o resto da vida.

nologamos na Justiça
30 acordos e ainda não
na condenação definiti-
a Eternit", diz Castelo

**madamente 200 ex-tra-
s pediram indenização**

pelos danos que sofreram pela exposição ao amianto, mas o advogado informa que há apenas uma sentença definitiva, favorável à empresa.

OAB - As explicações que Fernando prestou à Justiça e estão na queixa-crime preparada pela Eternit, foi juntada uma sentença de 1.ª instância. O juiz Alexandre David Malfatti, da 27.ª Vara Cível, rejeitou o pedido de homologação do acordo que foi assinado com Nivaldo Rodrigues de Souza. Além disso, ele determinou que fossem enviados os ofícios ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo a decisão do juiz, o trabalhador não conhecia seus advogados e tampouco os termos do acordo que assinara.

O advogado que representou o ex-empregado da Eternit, Antonio José L. C. Monteiro, do escritório Pinheiro Neto-Advogados, afirma que nada de irregular ou ilegal ocorreu. "Os empregados deram poderes à empresa para que fosse providenciada a homologação judicial do acordo, previamente assinado" diz

Ele explica que isso não feriu a lei ou os princípios éticos da advocacia e também ocorre nas separações amigáveis, quando apenas um advogado representa as duas partes no processo. "Já apresentamos recurso ao 2.º Tribunal de Alçada e estamos preparando nossa defesa junto à OAB e ao Ministério Público", informa Monteiro.

Os advogados da Eternit e o diretor-presidente da empresa, Antonio Luiz Aulicino, ressaltam que a queixa-crime apresentada contra Fernanda Giannasi não tem nenhuma relação com as suas funções públicas de fiscalização ou contra qualquer ideia contrária ao uso industrial do amianto. "Apesar de não admitirmos que a reputação da empresa seja atacada com mentiras", disse Aulicino. O presidente da Eternit informa que atualmente os 2,4 mil empregados da Sama e da

Eternit, em sete unidades industriais, praticamente não tem contato com o amianto. Isso seria garantido, segundo Aulicino, pelas modernas tecnologias de produção e pelos equipamentos de proteção individual usados pelos trabalhadores.

Pesquisa - A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) está finan-

executado por três universidades - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - para estudar as reais consequências do contato com o amianto branco para a saúde do trabalhador. As condições de saúde pulmonar de aproximadamente 10 mil empregados e ex-empregados da Sama e da Eternit estão sendo estudadas.

Manillo Fávero, coordenador da área de saúde ocupacional da Unicamp, informa que o projeto se iniciou em setembro do ano passado e tem previsão otimista para terminar em setembro do ano 2000. Ele diz que não foram encontradas maiores informações na literatura médica sobre as consequências do amianto branco no pulmão.

O Estado procurou Fernando Giannasi para que comentasse o assunto. Ela está nos Estados Unidos e não foi possível um contato até o fechamento desta edição. Seu advogado, Ildibal Pivetta, também não foi encontrado.

A assessoria da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) informou que não localizou nenhum técnico ou diretor para comentar o caso.

Fernanda Giannasi, líder do Movimento pela Proibição do Uso do Amianto no Brasil, recebeu apoio de duas organizações americanas de segurança no trabalho: a Sociedade de Saúde Ocupacional e Ambiental (SOEH) e a Associação

**LÍDER RECEBEU
APOIO DE
ENTIDADES
DOS EUA**

10 a 14/08/98

VISÃO TRABALHISTA

DE 10 A 14 DE AGOSTO DE 1998



Filial à
Força
Sindical

INFORMATIVO
OFICIAL DOS
METALÚRGICOS DE
OSASCO E REGIÃO

Justica condena empresa que manipulava amianto

Mais uma vitória no combate ao uso do amianto.

O juiz Alexandre David Malfatti, da 27ª Vara Cível de São Paulo condenou a antiga fábrica de telhas da Eternit, em Osasco, a pagar uma indenização de R\$100 mil, mais pensão mensal vitalí-

cia e despesas médicas para um funcionário que trabalhou nesta empresa durante 32 anos. Ele é portador de asbestose, doença profissional causada pela manipulação do amianto, que é irreversível e progride, mesmo que não tenha mais contato com o produto.

15/08/1998

O DIÁRIO

COLUNA SINDICAL

INDENIZAÇÃO

O juiz Alexandre David Malfatti, da 27ª Vara Cível de São Paulo, condenou a antiga fábrica de telhas Eternit a pagar indenização de R\$100 mil, além de pensão mensal vitalícia e despesas médicas a um funcionário que trabalhou na empresa durante 32 anos. Ele é portador de asbestose, doença profissional causada pela manipulação do amianto. A doença é irreversível, mesmo que a pessoa não tenha mais contato com o produto.

Juiz rejeita pedido de acordo da Eternit

O juiz da 27ª Vara Cível da Capital, Alexandre David Malfatti, proferiu sentença no último dia 31 rejeitando o pedido de acordo extrajudicial formulado pela Eternit para indenizar o ex-funcionário Nivaldo Rodrigues de Souza, por ter trabalhado com amianto, mineral que produz câncer nos pulmões. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Jorge Nazareno, o Jorgeinho, a empresa já homologou na Justiça 88 acordos com ex-empregados, pagando indenizações que variam de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil.

Procurada, a Eternit informou por sua assessoria de imprensa que só vai se manifestar se for notificada. "A empresa faz os exames e se ficar constatado que o trabalhador adquiriu alguma doença, ela sugere o acordo individual na Justiça comum, para se eximir da responsabilidade", contou o sindicalista. O juiz, no entanto, considerou que a postura da empresa em buscar um acordo extrajudicial não é ilegal.

Desconhecimento

Na opinião do juiz, o problema está relacionado ao fato de o trabalhador nada saber sobre a asbestose (câncer no pulmão causado pelo amianto) e sobre o conteúdo do acordo proposto, o que foi verificado durante o depoimento. Segundo Malfatti, a assistente social da Eternit "admitiu que o instrumento de transação não era lido ao ex-funcionário em sua integralidade" antes de ser assinado. A empresa também não informou a condenação judicial em próprios termos. Por isso, o juiz definiu o